



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE COMUNICAÇÃO

Comunicado de Imprensa nº 01/PGR/GC/012.3/2017

1. No contexto dos autos de instrução preparatória registados sob o nº 1/PGR/2015, com o objectivo de verificar a existência de infracções de natureza criminal, entre outras, no processo da constituição, financiamento e funcionamento das empresas Proindicus, S.A, EMATUM-Empresa Moçambicana de Atum, S.A, MAM- Mozambique Asset Management, S.A, que, como já é de domínio público, recorreram à créditos em bancos estrangeiros, beneficiando-se de garantias emitidas pelo Governo da República de Moçambique, está em curso uma auditoria internacional independente, a ser realizada pela empresa Kroll Associates UK;
2. Como foi referido no Comunicado de Imprensa nº 34/PGR/GC/012.3/2016, de 04 de Novembro de 2016, a auditoria deveria ser concluída no prazo máximo de 90 dias, contados da data da celebração do contrato, isto é, fim de Fevereiro de 2017.
3. O Auditor procedeu a entrega, em Janeiro de 2017, de um relatório preliminar, que forneceu dados sobre o nível de realização da Auditoria, conforme o estabelecido nos Termos de Referência. Neste relatório, foram descritos os progressos alcançados e delineados os passos subsequentes.

4. O trabalho realizado pelo Auditor inclui a análise de extensas informações financeiras e outra documentação disponível, visitas aos escritórios das três empresas, visitas a infraestruturas e equipamentos em diversos pontos do país, entrevistas a membros do Governo, funcionários públicos e trabalhadores das três empresas, e outras personalidades.
5. Foram ainda solicitadas informações e documentos adicionais às empresas fornecedoras, bancos e outras instituições, nacionais e estrangeiras, para completar ou esclarecer a documentação fornecida pelas três empresas;
6. Porque estas diligências de recolha e tratamento da informação são complexas e ainda estão em curso, no país e no estrangeiro, envolvendo mecanismos de cooperação internacional, com o auxílio da Procuradoria-Geral da República, o Auditor solicitou mais tempo para a conclusão da Auditoria.
7. Nesta conformidade, a Procuradoria-Geral da República, em colaboração com a Embaixada da Suécia, financiadora da auditoria e com o FMI, concordou em estender o período da auditoria em um mês, devendo o relatório final ser apresentado até 31 de Março de 2017.

Maputo, 13 de Fevereiro de 2017